



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28/11/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 27

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:	Jorge Alves Custódio	(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 28/11/2016

ATA Nº 27

----- Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento da senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, por se encontrar em representação do Município, no Encontro Nacional das CPCJ, que se realiza nos dias 28, 29 e 30 de Novembro de 2016, no Funchal - Madeira. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2016 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

1.1.1 - Tolerância de Ponto no dia 26 de dezembro de 2016

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que, tendo em atenção que é tradicional a deslocação de pessoal para fora dos seus locais de residência no período de Natal, tendo em vista a realização de reuniões familiares, ao abrigo do disposto na al. a),



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

do nº 2 do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, determinou conceder Tolerância de Ponto aos trabalhadores do Município, no dia 26 de dezembro de 2016. -----

1.1.2 - Encontro Nacional das CPCJ na Madeira - Funchal - 28, 29 e 30 de Novembro de 2016

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que a Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé e a Técnica Superior Cláudia Margarida Batista de Almeida, do Gabinete de Ação Social da Autarquia, se encontram em representação do Município no Encontro Nacional das CPCJ, que este ano se realiza na Madeira - Funchal, nos dias 28, 29 e 30 de novembro do corrente ano. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 24 de novembro de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.138.121,78 € (dois milhões cento e trinta e oito mil cento e vinte e um euros e setenta e oito centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 217.238,35 € (duzentos e dezassete mil duzentos e trinta e oito euros e trinta e cinco centimos), num total de 2.366.346,85 € (dois milhões, trezentos e sessenta e seis mil trezentos e quarenta e seis euros e oitenta e cinco centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 - FAM - Fundo de Apoio Municipal

- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- "De acordo com as instruções plasmadas no ofício do Fundo Social Municipal, datado de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

22 de maio de 2015 e de acordo com o nº 1 do artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, este de ser pago em duas prestações. -----

----- Tendo já ocorrido o pagamento da 1ª prestação, informo que a 2ª prestação a pagar em dezembro do corrente ano, é na importância de € 31.583,00. -----

----- Pelo que proponho, que em sede de reunião do Executivo, seja aprovado o valor acima descrito, a fim de proceder ao respetivo pagamento. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da 2ª prestação, na importância de € 31.583,00. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 – Proposta de preços para novos produtos

- Tabela de preços relativos à venda de bens em equipamentos municipais

----- Foi presente uma informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----

----- “Considerando que o aumento da oferta turística no concelho de Pampilhosa da Serra, acompanhado pelo número de turistas que o visita, justifica a fixação de preços de venda de bens, maioritariamente promocionais do território, seus recursos e potencialidades; -----

----- Tendo em conta que a Tabela de Preços anexa pretende ser um instrumento que possa contribuir para uma maior capacidade e eficácia na gestão da correspondente receita pública municipal, no respeito pela prossecução do interesse público local; -----

----- Considerando que, de acordo com o artigo 23º, nº 2, al. m) do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento e que, para a concretização destas atribuições, foram cometidas às Câmaras Municipais competências em matéria de divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, conforme se alcança do preceituado na al. t) do nº 1 do artº 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e que a afixação dos mesmos se justifica por razões de promoção das correspondentes atividades, por razões sociais, culturais, do âmbito da educação formal e não formal, de apoio, incentivo e desenvolvimento da prática, individual ou coletiva, de atividade física e do desporto e de merchandising territorial; -----

----- Assim, propõe-se que seja deliberado: -----

----- 1 – Aprovar a Tabela de Preços anexa, relativa à venda de bens em equipamentos municipais, no Edifício JIRA, atentos os fundamentos invocados no corpo da presente proposta, cujo valor foi determinado tendo em conta que os preços e outras receitas não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação de serviços e com o fornecimento de bens, sendo medidos em situação de eficiência produtiva, em conformidade com o nº 1 do artigo 21º



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, e considerando os custos da atividade pública local, nomeadamente os encargos administrativos; -----

----- 2 - Que o valor dos preços (os quais já incluem o IVA devido à taxa legal em vigor), a cobrar pelo Município, seja o constante da Tabela de Preços anexa; -----

----- 3 - Que a tabela seja revista/atualizada, caso se verifiquem alterações nas condições de fornecimento de bens pela Câmara Municipal e/ou sempre que se revele necessário; -----

----- 4 - A sua aplicação imediata e a consequente atualização de aplicação de suporte de faturação, sistema de Gestão de Faturação. -----

Tabela de Preços 2016 - Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

Código	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	PREÇO VENDA AO PÚBLICO	IVA
1-VENDA DE BENS				
1. Produtos Endógenos				
	Mel 1/4KG	RO.07010899.04	3,30 €	Incluído 6%
	Pólen Frasco Grande	RO.07010899.04	11,00 €	Incluído 23%
	Pólen 125 G	RO.07010899.04	6,00 €	Incluído 23%
	1 KG Mel	RO.07010899.04	7,00 €	Incluído 6%
	Mel ½ KG	RO.07010899.04	5,00 €	Incluído 6%
	Licor de Medronho 0,2 L	RO.07010899.04	11,00 €	Incluído 23%
	Aguardente Medronho 500 ML	RO.07010899.04	20,00 €	Incluído 23%

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SECRETARIA

4.1.1 - POF - Portugaloffroad - Passeio Todo o Terreno - 11 de dezembro

- Pedido de isenção do pagamento de taxas

----- Foi presente um requerimento da POF - Portugaloffroad, Unipessoal, Lda, datado de 17-11-2016, a solicitar autorização para a realização do Passeio Todo o Terreno, que pretende realizar no dia 11 de dezembro no Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

isenção do pagamento de taxas. -----

----- Relativamente ao solicitado, foi presente uma informação do Serviço de Secretaria tendo por base o Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra, bem como uma informação sobre os valores do licenciamento, que são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença para a Realização de Espetáculos ou de Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e Demais Lugares Públicos ao Ar Livre – 35,32 €; -----

----- Licença – 11,00 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e isentar do pagamento de taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 – Coeficiente de atualização das rendas a vigorar para o ano de 2017

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em conta a publicação em Diário da República, com data de 22/09/2016, com o Aviso nº 11562/2016, do INE, sobre o coeficiente de atualização das rendas dos diversos tipos de arrendamento, em que foi fixado o valor de € 1,0054, a vigorar no ano civil de 2017, informo o seguinte: -----

----- Considerando que, os contratos de arrendamento celebrados entre o Município e as empresas instaladas nas Frações dos Pavilhões I e II da Zona Industrial do Alto das Aldeias, da Fração A do Pavilhão de Portela de Unhais, dos Contratos de Cessão de Exploração, do Protocolo celebrado com a Oryzon Energias, S.A., do Contrato de Arrendamento Urbano, sito na freguesia de Pampilhosa da Serra, em nome do senhor José Augusto Lopes Batista e do Contrato de Arrendamento Urbano, sito na freguesia de Fajão-Vidual, em nome de Maria Laurinda Paixão, que respeitam à atualização da renda, indexada ao coeficiente de atualização anual, pelo período de um ano, contado a partir do mês da data aniversária dos contratos; -----

----- Atendendo a que, os contratos de arrendamento do Município foram celebrados ao abrigo do disposto nos artigos 24º e 25º da Lei nº 6/2006 de 27 de fevereiro, na sua versão atualizada e do disposto no artigo 1077º do Código Civil, bem como o nº 5 do artigo 11º do Decreto-Lei nº 294/2009 de 13 de outubro, em que a atualização das rendas é anual e de acordo com o coeficiente estabelecido pelo INE; -----

----- Apresentam os serviços, um quadro com os atuais valores e o acréscimo do montante das rendas para 2017, que fica anexo à presente ata. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aplicar o coeficiente de atualização das rendas constante da informação, para o ano de 2017. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Candidatura ao Arrendamento da Fração C, do II Pavilhão da Zona Industrial Alto das Aldeias, da Sociedade VESTAS (Portugal) - Serviços de Tecnologia Eólica, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do requerimento subscrito pelo Senhor Engenheiro Carlos Eduardo Correia, com registo de entrada nº 13018, datado de 23/11/2016, em representação e com poderes para o ato, na qualidade de Gerente, da Sociedade VESTAS (Portugal) - Serviços de Tecnologia Eólica, Lda, com sede na Urbanização do Infantado - Avenida Diogo Cão, nº 5, Loja A/1, 2670 - 327 Loures, com o NIPC nº 506 814 050, CAE nº 42220-R3, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em que solicita ao Município de Pampilhosa da Serra a candidatura ao arrendamento da Fração C, do II Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Após análise do requerimento/candidatura e dos documentos anexos, cumpre informar o seguinte: -----

----- A ora requerente propõe-se desenvolver a atividade de operação e manutenção de aerogeradores, em que o espaço pretendido será usado como suporte aos parques eólicos existentes na zona, bem como armazenamento das peças a serem usadas nos mesmos. Servirá de base da zona centro da Vestas Portugal. A requerente possui uma equipa de 25 postos de trabalho a afetar ao desenvolvimento daquela atividade. -----

----- Para dar cumprimento à formalização da candidatura, a requerente apresentou os documentos necessários para o efeito, pelo que, estão cumpridos os requisitos exigidos quanto aos documentos apresentados. -----

----- Mais refere a informação dos Serviços Jurídicos que, em conformidade com o subscrito no requerimento de candidatura, a VESTAS (Portugal) - Serviços de Tecnologia, Eólica, Lda, trata-se de uma empresa de mérito para a política económica do Município, considerando que “é a subsidiária para Portugal da Vestas Wind Systems A/S, líder mundial no fabrico de aerogeradores (turbinas eólicas), e instalou mais de 63.000 aerogeradores em 73 países e em 5 continentes. -----

----- A Vestas Portugal - Serviços de Tecnologia Eólica, Lda, empresa 100% Portuguesa, foi criada em 2004. Foi portanto a partir daí que o compromisso das Vestas com Portugal foi reforçado, garantindo a criação de emprego e de riqueza a longo prazo”. -----

----- Assim, submete-se à apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico a candidatura apresentada pela Sociedade supra identificada e eventual adjudicação ao



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

arrendamento da Fração C, juntando-se para o efeito: Requerimento, documentos anexos ao mesmo e cópia do Documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das Frações do II Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a adjudicação do arrendamento da fração C do II Pavilhão sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - OBRAS PÚBLICAS

5.1.1 - Alteração e ampliação da Escola Básica e Secundária Escalada_Pampilhosa da Serra

- Relatório de Erros e Omissões
- Concurso nº 182016

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Atento o processo em epígrafe, junto se remete relatório de apreciação dos serviços, relativamente aos erros e omissões apresentados pelos concorrentes, bem como cópia dos mesmos. -

----- Nestes termos, proponho a V.Exª a apreciação e aprovação do citado relatório, devendo em caso de aprovação, ser a decisão sujeita a ratificação em reunião de Câmara". -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade ratificar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Alteração do loteamento da Quinta de S. Martinho_3ª_novembro 2016

- PROMOTOR: Município de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " O loteamento da Quinta de S. Martinho foi aprovado em reunião de Câmara de 16/02/2000, tendo sido aprovada uma alteração em reunião de Câmara de 02/05/2001 e posteriormente uma outra em reunião de Câmara de 10/08/2010.-----

----- Com o decurso dos anos o loteamento da Quinta de S. Martinho tem sido um instrumento de gestão territorial, do qual a Autarquia se tem socorrido tanto para captar investimento para o



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

concelho e deste modo inverter a tendência de desertificação, como para responder a questões habitacionais de famílias com menores recursos económicos e à instalação de serviços e equipamentos potenciadores de desenvolvimento.-----

----- Neste sentido e de forma a responder aos pressupostos que estiveram na origem da execução deste loteamento por parte desta Autarquia e aos desafios que se têm colocado ao longo dos tempos, entende-se que deverão ser introduzidas algumas alterações, nomeadamente no que se refere pequenos ajustes na implantação de um lote, ajustes nos parâmetros de outros, etc.-----

----- No seguimento do atrás descrito, as alterações introduzidas são as seguintes: -----

----- 1) A área do lote 1E passa de 517,00 m² para 668,00 m² por integração de 151,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 2) A área do lote 2E passa de 397,00 m² para 558,00 m² por integração de 161,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 3) A área do lote 3E passa de 397,00 m² para 558,00 m² por integração de 161,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 4) A área do lote 4E passa de 397,00 m² para 558,00 m² por integração de 161,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 5) A área do lote 5E passa de 397,00 m² para 558,00 m² por integração de 161,00 m² do lote 7E. A área máxima de implantação e de construção de anexos passa a ser respetivamente de 90,00 m² cada em detrimento dos atuais 50,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 6) No lote 3D a área máxima de construção passa de 700,00 m² para 1.500,00 m² e a área máxima de implantação de 350,00 m² para 1.250,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 7) No lote 4D a área máxima de construção passa de 4.626,55 m² para 6.000,00 m² e a área máxima de implantação de 2.966,30 m² para 4.000,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 8) A área do lote 7E passa de 11.600,00 m² para 5.862,00 m² devido à cedência de 151,00 m² para integração no lote 1E, 161,00 m² para integração no lote 2E, 161,00 m² para integração no lote 3E, 161,00 m² para integração no lote 4E, 161,00 m² para integração no lote 5E e 4.943,00 m² para integração em zona verde. O número máximo de pisos passa de 4 para 2. Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- 9) No lote 8E a área máxima de construção passa de 7.000,00 m² para 8.000,00 m² e a área máxima de implantação de 3.000,00 m² para 3.500,00 m². Os restantes parâmetros e características mantêm-se inalteráveis;-----

----- 10) A área destinada a zonas verdes públicas foi aumentada passando de 16.768,00 m² para 21.320,00 m²;-----

----- 11) A área destinada a estacionamento foi aumentada passando de 2.929,00 m² para 3.316,50 m²;-----

----- 12) A área destinada a passeios foi aumentada passando de 7.633,00 m² para 7.636,50 m²; -

----- 13) A área destinada a via pública mantém-se inalterável, ou seja, 16.370,00 m²;-----

----- 14) A área de lotes foi diminuída passando de 67.669,00 m² para 62.726,00 m²;-----

----- 15) A área máxima de implantação, excluindo anexos, foi aumentada passando de 18.186,80 m² para 20.620,50 m²;-----

----- 16) A área máxima de construção, excluindo anexos, foi aumentada passando de 43.088,55 m² para 46.262,00 m²;-----

----- 17) Nos restantes lotes não atrás mencionados, mantêm-se inalteráveis os parâmetros e regras;-----

----- Tendo em consideração o atrás descrito, e após as alterações introduzidas têm-se os seguintes valores, características e parâmetros urbanísticos:-----

----- A área do loteamento é de 111.369,00 m² e os limites são os definidos na planta síntese.-----

----- Da análise à planta síntese do loteamento temos os seguintes indicadores:-----

----- Área de lotes habitação / comércio e / ou serviços..... 36.272,00 m²

----- Área de lotes de equipamentos.....26.454,00 m²

----- Área de zonas verdes.....21.320,00 m²

----- Área afeta a via pública.....16.370,00 m²

----- Área afeta a passeios..... 7.636,50 m²

----- Área afeta a estacionamento público.....3.316,50 m²

----- A área de intervenção do loteamento situa-se, de acordo com o Plano Director Municipal em vigor, em solos urbanizados, em aglomerado de nível I.-----

----- De acordo com o disposto no quadro 3 do artigo 15º do regulamento do Plano Director Municipal, o índice de implantação bruto máximo será de 0,50, o índice de construção bruto máximo de 1,50 e o nº máximo de pisos de 5.-----

----- Atento o atrás exposto e o previsto na presente alteração temos o seguinte:-----

Área total do loteamento (m ²)	Índice de Implantação Bruto máximo	Área de implantação Máxima (m ²)	Área de implantação da alteração (m ²)	Índice de Construção Bruto máximo	Área de Construção máxima (m ²)	Área de Construção o alteração (m ²)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

111 369,00	0,5	55 684,50	20 620,50	1,5	167,053,50	46 262,00
------------	-----	-----------	-----------	-----	------------	-----------

----- De acordo com o disposto no artigo 13º do regulamento do Plano Director Municipal, é permitida a construção de anexos nas condições aí definidas e numa área máxima de 15% da área do lote, sendo que o previsto no loteamento dá cumprimento integral a tais disposições.-----

----- As alterações verificam-se todas em lotes pertença do Município com exceção do lote 8E, pertencente a Villa Pampilhosa Hotel.-----

----- Nestes termos propõe-se a presente alteração, conforme memória descritiva e peças desenhadas anexas, sendo que deverá ser submetida à apreciação e votação em reunião de Câmara e em caso de aprovação, sujeita a discussão pública e os titulares dos lotes já alienados chamados a intervir no processo no sentido de se pronunciarem sobre a presente alteração, já que a mesma também inclui alterações nos citados lotes.-----

----- À consideração superior".-----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.3 - Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra

- Liberação de Caução

- Concurso nº 012014

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- "Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra", a firma Predilethes, Construções, Lda, apresentou em 26/10/2016 um pedido de liberação de caução ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto, o qual foi registado sob o nº 11940. -----

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 17 de novembro de 2016 pelas 14 horas e 30 minutos no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Alexandre Araújo Martins Esteves. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencado um conjunto de anomalias / deficiências. -----

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não sendo possível liberar qualquer valor de caução relativa à empreitada em epígrafe. -----

----- À consideração superior." -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade não liberar a caução relativa à empreitada em apreço. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.4 - Reversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra

5.1.4.1 - Aprovação de Projeto de Execução e Abertura de Procedimento de Concurso Público

----- Foi presente a Informação nº19 _Conc_2016 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ O Município celebrou um protocolo de colaboração financeira – PARU – no âmbito do CENTRO 2020 em que a reversão do mercado municipal é a única obra contemplada. O projeto de execução encontra-se concluído e em condições de ser aprovado e aberto concurso para execução da empreitada. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 365 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. -----

----- Assim e atento o atrás exposto, entende-se que dever ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008 de 29/01, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 939.997,10 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público , ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29 /01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 365 dias; -----

----- Caução: 5%. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- a) Aprovar o projeto de execução; -----

----- b) Aprovar a abertura de procedimento de concurso público para formação de contrato de empreitada; -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

5.1.4.2 - Nomeação de Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informação nº 19_Conc_2016, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFECTIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros. -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de Outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

6 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - DESPORTO

6.1.1 - Requerimento de Grupo de Trabalhadores do Município de Pampilhosa da Serra - Pedido de utilização do Pavilhão Municipal para a prática de futebol de salão - Isenção do pagamento de taxas

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade retirar da Ordem de Trabalho o assunto supramencionado, a fim de que o mesmo seja devidamente instruído. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




